



ACÓRDÃO Nº 935/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11382/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Instituto de Terras do Amazonas - ITEAM
- 4- **Exercício:** 2015
- 5- **Responsável:** Vital da Costa Melo (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICA
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 4946/2019-DMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Instituto de Terras do Amazonas - ITEAM. Exercício de 2015.

Regularidade com ressalvas. Multa. Recomendação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** as Contas do **Instituto de Terras do Amazonas – ITEAM**, referente ao exercício de 2015, sob responsabilidade do **Sr. Vital da Costa Melo**, Gestor e Ordenador de Despesas, nos termos do art. 22, II, c/c o art. 24, ambos da Lei nº 2.423/96-TCE/AM e art. 5º, II, da Resolução nº 04/2002-RITCE;
- 10.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Vital da Costa Melo**, Gestor e Ordenador de Despesas do ITEAM, exercício de 2015, no valor de **R\$ 1.706,80** (mil, setecentos e seis reais e oitenta centavos), conforme os termos do art. 53, parágrafo único, da Lei nº 2.423/96 c/c art. 308, inciso VII, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, alterado pela Resolução nº 4/2018-TCE/AM, pela impropriedade não sanada do item 2, “D”, apontada na Fundamentação do Voto. Fixar o prazo de 30 dias que o responsável recolha o valor da multa ao Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle



ACÓRDÃO Nº 935/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Externo - FAECE, com encaminhamento do comprovante de pagamento a esta Corte devidamente autenticado pelo banco, ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo; e

10.3. Recomendar à Secretaria de Estado de Política Fundiária - SPF que apresente, no momento da Prestação de Contas Anual, as notas explicativas às demonstrações contábeis, conforme a Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

11- Ata: 32ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 24 de Setembro de 2019

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Alípio Reis Firmo Filho (Convocado) e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral